

EDUCAÇÃO, POBREZA E DESIGUALDADE SOCIAL

A iniciativa EPDS
na Universidade de
Brasília (2017-2018)

Volume 2: Mediações

Organização:

Alexandre Simões Pilati
Cynthia Bisinoto
Leila D'Arc de Souza
Natalia de Souza Duarte

EDITORA



UnB



Universidade de Brasília

Reitora
Vice-Reitor

Márcia Abrahão Moura
Enrique Huelva

EDITORA



UnB

Diretora

Germana Henriques Pereira

Conselho editorial

Germana Henriques Pereira
Fernando César Lima Leite
Beatriz Vargas Ramos Gonçalves de Rezende
Carlos José Souza de Alvarenga
Estevão Chaves de Rezende Martins
Flávia Millena Biroli Tokarski
Izabela Costa Brochado
Jorge Madeira Nogueira
Maria Lidia Bueno Fernandes
Rafael Sanzio Araújo dos Anjos
Verônica Moreira Amado

EDUCAÇÃO, POBREZA E DESIGUALDADE SOCIAL

A iniciativa EPDS
na Universidade de
Brasília (2017-2018)

Volume 2: Mediações

EDITORA



UnB

Coordenadora de produção editorial
Diagramação

Equipe editorial

Luciana Lins Camello Galvão
Wladimir de Andrade Oliveira

© 2019 Editora Universidade de Brasília

Direitos exclusivos para esta edição:
Editora Universidade de Brasília
SCS, quadra 2, bloco C, nº 78, edifício OK,
2º andar, CEP 70302-907, Brasília, DF
Telefone: (61) 3035-4200
Site: www.editora.unb.br
E-mail: contatoeditora@unb.br

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte
desta publicação poderá ser armazenada ou
reproduzida por qualquer meio sem a autorização
por escrito da Editora.

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade de Brasília

E24 Educação, pobreza e desigualdade social : a iniciativa EPDS na
 Universidade de Brasília (2017-2018) [recurso eletrônico] /
 organização: Alexandre Simões Pilati ... [et al.]. – Brasília :
 Editora Universidade de Brasília, 2020.
 2 v.

Formato PDF.

v. 1. Reflexões – v. 2. Mediações.

ISBN 978-65-5846-048-0 (v. 1)

ISBN 978-65-5846-049-7 (v. 2)

1. Educação. 2. Desigualdade social. 3. Pobreza. 4.
Universidade. I. Pilati, Alexandre Simões (org.).

CDU 37.014

SUMÁRIO

PREFÁCIO

9

**DOS AFETOS DA
INICIATIVA EPDS**

Natalia de Souza Duarte

APRESENTAÇÃO

*Silvia Cristina Yannoulas
Camila Potyara Pereira*

17

CAPÍTULO 1

24

**A PERCEPÇÃO
DOS DOCENTES E
DAS ESTUDANTES
BENEFICIÁRIAS
DO PBF ACERCA
DOS FENÔMENOS
DA POBREZA E
DESIGUALDADE SOCIAL
NO IFG/ÁGUAS LINDAS:
RELAÇÃO TEORIA E
PRÁTICA NO ÂMBITO DO
CURSO EPDS/UNB**

*Flávia de Souza Brito
Rafael de Melo Monteiro
Rafaela Nunes Marques*

CAPÍTULO 2

**ESCRITA CRIATIVA À
MODA FRIDA 52**

*Inês Vargas Marques
Leila D'Arc de Souza*

CAPÍTULO 3

**79 (SOCIO)EDUCAÇÃO,
POBREZA E
DESIGUALDADE
SOCIAL**

*Mauro Gleisson de Castro
Evangelista*

CAPÍTULO 4

**JUVENTUDE E POBREZA:
CONSCIÊNCIA CRÍTICA
SOBRE OS MITOS E A
REALIDADE DO PBF 112**

*Suzana Medeiros de Souza Aguiar
Luciana Campos de Oliveira Dias*

CAPÍTULO 5

**133 CORRELAÇÕES
ENTRE CIDADANIA,
POBREZA, EDUCAÇÃO
E PESSOAS COM
DEFICIÊNCIA**

*Andreia Pereira de Souza Gonçalves
Fábia Carvalho de Oliveira
Samir Almeida Santos*

155

CAPÍTULO 6

**UM OLHAR SOBRE AS
DESIGUALDADES SOCIAIS:
INTERVENÇÃO JUNTO
ÀS JUVENTUDES DE
PERIFERIA DO DISTRITO
FEDERAL**

Mariana Ribeiro Gomes Camargos

CAPÍTULO 7

**A POBREZA E SUAS
IMPLICAÇÕES NO
DESLOCAMENTO
INTERURBANO DIÁRIO
DE ESCOLARES**

*Anette Lobato Maia
Maria Célia Orlato Selem*

173

CAPÍTULO 8

197

IDENTIDADE PERIFÉRICA

*Fátima Correia Lopes
Fábio William da Silva Pereira*

CAPÍTULO 9

**O IMPACTO DA
POBREZA NA
PRECARIZAÇÃO DO
TRABALHO DOCENTE**

Rafael Ayan

224

APÊNDICE – QUESTIONÁRIO

249

CAPÍTULO 10

**PARTICIPAÇÃO DA
CRIANÇA BENEFICIÁRIA
DO PROGRAMA BOLSA
FAMÍLIA NAS ATIVIDADES
ESCOLARES: UMA ANÁLISE
PARA ALÉM DA SALA E DA
AULA**

255

Danielle Atta

CAPÍTULO 11

284 **DESENVOLVIMENTO
HUMANO, POBREZA
E DESIGUALDADE
SOCIAL NA INFÂNCIA
E ADOLESCÊNCIA**

Izete Santos do Nascimento

PARTICIPAÇÃO DA CRIANÇA BENEFICIÁRIA DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NAS ATIVIDADES ESCOLARES: UMA ANÁLISE PARA ALÉM DA SALA E DA AULA

Danielle Atta¹

A Escola Classe (EC), instituição base dessa pesquisa, apresenta um público diferenciado que aparenta “elevado” poder aquisitivo (isso em comparação com as demais escolas públicas da região). Está localizada em uma área central da Região Administrativa (RA) de Sobradinho e tem apenas um pequeno grupo de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família: 22 estudantes. Desse quantitativo, 15 fizeram parte do Projeto Interventivo (PI), uma vez que ele foi direcionado ao público do turno vespertino.

O PI que deu origem a esse artigo, analisou situações pedagógicas que aconteceram dentro e fora de sala de aula, entre elas as idas ao teatro e Festa das Regiões e buscou quantificar a participação dos estudantes beneficiários do PBF em momentos de rodinha e construções coletivas e de seus familiares no conselho participativo e em reuniões. Foram observadas, nessas situações de interação, o respeito aos princípios da gestão democrática que preconiza tanto a participação da comunidade escolar no acompanhamento de decisões pedagógicas quanto o respeito à pluralidade e à diversidade. Também foi objetivo verificar a existência

¹ Graduada em História e Pedagogia. Pós-graduada em Educação Infantil. Professora da SEEDF. Contato: danielle.atta.tomm@gmail.com

de situações de exclusão ou limitação de direitos, entre eles o “de participar de todas as atividades, destinadas ao estudante”. (Regimento Escolar)

A participação aqui defendida não diz respeito apenas a se envolver de forma mais ou menos limitada em discussões que se reduzem a mera “consulta”. Conforme afirma Mészáros: “participação significa o exercício criativo, em benefício de todos, dos poderes de tomada de decisão adquiridos, trazendo à tona os ricos recursos humanos dos indivíduos” (MÉSZÁROS, 2004, p. 52). Ela é o caminho para as crianças exprimirem sua tendência de realizar, de fazer coisas e de autoafirmação, é também uma necessidade fundamental do ser humano e não poderá realizar-se, em especial entre as crianças pobres, se não houver condições objetivas e subjetivas favoráveis.

A pobreza, construção do capitalismo, traz, entre suas injustiças, o tratamento desigual e, por vezes, o não tratamento ou o distanciamento. Há, por parte de algumas camadas da sociedade, o interesse e a necessidade de deixar o pobre invisível. No senso comum, a pobreza lança as pessoas no mundo dos “incapacitados” fazendo com que sejam vistos apenas como “assistidos”. A assistencialização, conforme diz Paulo Freire, reduz o sujeito à condição de objeto da ação alheia e rouba-lhe a possibilidade de participação na ordenação do próprio destino.

O assistencialismo é uma forma de ação que rouba ao homem condições à consecução de uma das necessidades fundamentais da alma humana – a responsabilidade (...). No assistencialismo não há responsabilidade. Não há decisão. Só há gestos que revelam passividade e domesticação do homem. (FREIRE, 1959)

Consciente de que a interação é fundamental para o crescimento mútuo e para construção do respeito às diferenças e da cidadania e de que o direito de voz possibilita a interferência no mundo, e conseqüentemente a formação cidadã, o PI buscou, através de conversa com as professoras e debate com a equipe pedagógica, sensibilizar para a importância da construção de práticas pedagógicas integradoras, para as oportunidades trazidas à família pelo PBF e

para a construção de uma educação que tenha em vista o respeito às condições individuais, que seja democrática e reflexiva.

Este artigo está organizado da seguinte forma: breve relato da Região Administrativa de Sobradinho, descrição da EC e do projeto; apresentação de dados estatísticos com transcrição de relatos dos/ das crianças, análise acerca das constatações relativas à participação dos estudantes do PBF nas atividades escolares e considerações finais.

O contexto escolar

A escola em epígrafe fica na RA de Sobradinho, está localizada a 22 km de Brasília e, assim como a capital federal, também foi uma cidade planejada. Segundo dados da Companhia de Planejamento do Distrito Federal (CODEPLAN), a renda domiciliar média apurada na Pesquisa Distrital por Amostragem de Domicílios (PDAD) realizada em 2015 foi da ordem de R\$ 5.596,77 e a renda per capita foi de R\$ 1.775,79. Ao analisar a distribuição da renda domiciliar bruta mensal, verifica-se que as classes mais expressivas são as com renda de mais de dois a dez salários mínimos, 54,69% e de 10 a 20 salários, 17,76%. Em 6,19% dos domicílios foram encontrados moradores que vivem com rendimentos acima de 20 salários mínimos. Com até um salário mínimo se encontram 7,99% dos domicílios.

As crianças atendidas pela escola são 366, incluindo 48 com necessidades educativas especiais, distribuídas em 20 turmas de 1º ao 5º ano e duas classes especiais de Transtorno Global do Desenvolvimento (TGD). Segundo dados, a escolaridade de pais e/ou mães é maior em nível médio, seguido da graduação. No matutino predomina o nível superior e no vespertino o nível médio. Nas atividades profissionais dos familiares predomina um número maior de servidor público e professores.

Entre suas funções sociais, a escola se propõe em seu Projeto Político Pedagógico (PPP), a trabalhar com a inclusão considerando não apenas necessidades

educativas especiais, mas também as necessidades especiais decorrentes de etnia, perfil socioeconômico, religião e gênero. Também se dispõe a promover dentro da escola um ambiente propício à reflexão-ação-reflexão acerca da *práxis* pedagógica, a otimizar ações que estimulem a participação da comunidade escolar favorecendo o fortalecimento das diretrizes traçadas para a qualidade do trabalho pedagógico e a criar situações que favoreçam a inclusão através de trabalho voltado para o respeito e aceitação das diferenças de etnia, gênero, credo, posição social e pessoas com deficiência.

Norteiam as ações da escola os princípios pedagógicos construtivistas e sociointeracionistas visando ao constante redimensionamento de estratégias que possam garantir a qualidade do processo de ensino aprendizagem. O total de famílias beneficiárias do PBF representa pouco mais de 6% dos estudantes. É um número baixo. Essa característica singular impõe à instituição a responsabilidade de apresentar a todos o caráter integrador e emancipador da educação, fugindo da educação excludente, meritocrática, que amplia as injustiças sociais, interfere na subjetividade, manipula e desestabiliza valores.

Diante desse quadro, o PI teve por objetivos analisar a integração professor-aluno, aluno-aluno e escola-família e ponderar se, dentro do grupo de estudantes atendidos pelo PBF, havia situações de constrangimento, limitações de direitos e/ou exclusões. Para alcançar os objetivos propostos foram realizadas as seguintes atividades:

- Debate com a equipe escolar sobre as mistificações de caráter social que cercam os beneficiários do PBF;
- Levantamento, junto aos professores, de informações sobre participação em atividades que exigiam disponibilização de recursos financeiros (idas ao teatro e festa), analisando o contato do estudante com atividades extracurriculares de integração e sensibilização;

- Confecção de gráfico mostrando a participação dos pais e estudantes no Conselho Participativo e dos estudantes nas aulas, observando se esses sujeitos dispõem de voz ativa na comunidade e lutam por suas convicções;
- Observação da interação dos estudantes;
- Entrevista com os estudantes².

As situações de interação analisadas foram: idas ao teatro, apresentação na Festa das Regiões, participação dos estudantes nas aulas e dos pais em reuniões e no conselho participativo. Esses eventos serão aqui particularizados.

Primeiro foram analisadas as idas ao teatro.

Durante o primeiro semestre de 2018, foram realizadas 2 visitas ao teatro de Sobradinho com custo de 8 reais cada uma.

As idas ao teatro são frequentes, pois a escola é muito bem localizada e dista 1 km do prédio do Teatro. O percurso é feito em menos de 10 minutos e a pé. Isso ainda permite a construção de vários conhecimentos ligados a cidadania, geografia, história, ciências, português e matemática. Um evento dessa abrangência possibilita a construção de aprendizagens verdadeiramente significativas e está de acordo com o que preconiza o Currículo em Movimento:

Um trabalho com esse direcionamento [...] instaura a possibilidade de um compromisso articulado com todos os sujeitos envolvidos, além de gerar cumplicidade e envolvimento na conquista da produção desses saberes. Portanto, pautados nessa lógica e na busca por favorecer a interdisciplinaridade, a prática da contextualização e do que é significativo, é possível ir ao encontro do processo e da construção de novas aprendizagens. (Currículo em Movimento, Pressupostos Teóricos, ano 2014, p. 13)

² Os estudantes foram organizados por número para facilitar a inclusão de informações. Os mesmos foram separados por gênero, ano e turma. Nenhum nome foi citado. As idades variam de 7 a 11 anos.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), o teatro é uma das linguagens que faz parte do estudo da Arte: “Art. 26 § 6º As artes visuais, a dança, a música e o teatro são as linguagens que constituirão o componente curricular de que trata o § 2º deste artigo”. Essa atividade é de grande valia para a interação social e para as construções coletivas e individuais.

Conforme afirmam Vygotsky e Wallon, o indivíduo é “geneticamente social”. O ser humano se caracteriza por uma “sociabilidade primária”. É através da interação social com as pessoas que a criança vai desenvolvendo, se apropriando das práticas culturalmente estabelecidas e evoluindo para formas mais abstratas de pensamento. Segundo Vygotsky, o outro é importante não só no processo de construção do conhecimento, mas também na constituição do próprio ser e nas suas formas de agir e interagir. Em relação a isso, afirma:

Todas as funções no desenvolvimento da criança aparecem duas vezes: primeiro, no nível social, e, depois, no nível individual; primeiro, entre pessoas (interpsicológica), e, depois, no interior da criança (intrapsicológica). Isso se aplica igualmente para a atenção voluntária, para a memória lógica e para a formação de conceitos. Todas as funções superiores originam-se das relações reais entre indivíduos humanos. (VYGOTSKY, 1978, p. 41)

Uma das preocupações foi analisar o porquê da não participação. Cabe salientar que essa atividade extraclasse constitui-se como apenas uma das propostas para o dia letivo, não se estende durante as 5 horas de aulas e por si só não justifica a falta. Ou não deveria justificar.

Dos 15 alunos, 8 não participaram da atividade. As informações colhidas dos estudantes que justificam, para eles, a não participação encontram-se na tabela 1:

Tabela 1: Participação e justificativa (continua)

	Estudante	Participação	Justificativa
1	2º ano – feminino	NÃO	“Eu estava doente e fui ao dentista. Uma vez fui ao dentista. Outra vez estava doente. Eu acho que se fosse de graça ia ser melhor”;
2	2º ano – feminino	NÃO	Depois derir timidamente “É que minha mãe não tem tanto dinheiro assim”.
3	3º ano – feminino (turma A)	SIM	
4	3º ano – masculino (turma A)	NÃO	“Eu tava doente, tia. Mamãe também tava, estava vomitando. Mas eu ia, porque eu tenho muito dinheiro e moro numa mansão”.
5	3º ano – feminino (turma B)	SIM	
6	3º ano – masculino (turma B)	SIM	
7	3º ano – feminino (turma B)	SIM	
8	3º ano – masculino (turma B)	SIM	
9	3º ano – masculino (turma B)	NÃO	“Eu não estudava nessa escola e tenho vergonha de ir”
10	4º ano – masculino	NÃO	“Eu tava com tontura, mas meus pais tinham dinheiro pra pagar”.
			Obs.: Mora longe da escola

Tabela 1: Participação e justificativa (conclusão)

	Estudante	Participação	Justificativa
11	4º ano – feminino	NÃO	“Meus pais estavam sem condições financeiras. Eles não têm dinheiro sempre”.
12	4º ano – masculino	NÃO	“Não fui porque estava doente. Oito reais é um valor bom, se fosse R\$ 5 seria melhor”.
13	5º ano – feminino (turma A)	SIM Obs.: uma vez	“Eu estava doente uma vez. Eu acho que eles cobram por causa da cultura”.
14	5º ano – masculino (turma B)	SIM Obs.: uma vez	“Minha van (transporte escolar) estava de greve. Moro longe... também estava sem dinheiro para pagar”.
15	5º ano – feminino (turma B)	NÃO	“Os meus pais estavam sem condições de pagar... Eu acho o teatro importante... Alguns são. Outros dão sono”.

A análise das considerações dos/das estudantes permite levantar reflexões em vários sentidos. No âmbito do que concerne ao Estado: Por que ainda há crianças que estudam longe de suas residências? Para a escola: Como incluir a criança pobre em todas as propostas educativas? O valor cobrado é acessível a todos? Quais debates podem ser feitos com a equipe pedagógica/ escolar para que todos saibam como agir em situações como essa? Para os professores: Qual tratamento deve ser dado às crianças que não participam? Para a comunidade escolar em geral: O que pode ser feito para que todos participem?

Dentro de uma proposta sociointeracionista e do ideário de trabalhar com a inclusão, ainda é preciso que se busquem alternativas para minorar, ou zerar,

a quantidade de estudantes que deixam de participar de atividades pedagógicas como estas por motivos financeiros, pois os mesmos estão sendo duplamente penalizado: além de perder o teatro ainda perdem a aula.

Restou evidente que a pobreza gera exclusão escolar, em especial em situações que envolve cobrança financeira e que a comunidade escolar em geral não sabe como lidar com a situação. A perspectiva de universalizar o acesso a esse bem cultural que é o teatro ainda esbarra nas múltiplas hierarquias e desigualdades que marcam nossa sociedade.

A próxima atividade analisada foi a Festa das Regiões que é realizada anualmente. Cada turma fica responsável por estudar umas das cinco regiões brasileiras: localização, população, clima, cultura e demais aspectos e a fazer uma apresentação para a comunidade. As atividades são interdisciplinares. Acerca de eventos dessa natureza Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) no artigo 58 discorre: “No processo educacional respeitar-se-ão os valores culturais, artísticos e históricos próprios do contexto social, da criança e do adolescente, garantindo-se a estes a liberdade de criação e o acesso às fontes de cultura”.

Para organização da atividade, aos familiares é repassada, com antecedência de aproximadamente um mês, a responsabilidade de providenciar as roupas típicas, conforme solicitação do professor. O valor da roupa, no ano de 2018, variou de turma para turma sendo a mais barata R\$ 30 e a mais cara R\$ 80. Cabe salientar que esses valores são aproximados.

Das 15 crianças, 9 participaram da atividade. Nesse sentido, algumas situações precisam ser ponderadas: O valor das roupas (que serão usadas apenas uma vez) é acessível a todos os estudantes? Como a escola pode se posicionar e orientar as professoras em relação aos gastos com as vestimentas? A apresentação contribui para tornar a pobreza visível? Se é uma Festa das Regiões, como a realidade dessas localidades está sendo mostrada?

Em nosso país, segundo pesquisa Síntese de Indicadores Sociais - SIS 2017 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 25,4% da população

nacional vive em situação de pobreza (isso de acordo com os critérios do Banco Mundial). Cabe salientar que a pobreza e a pobreza extrema estão concentradas nas regiões Norte e Nordeste. Respectivamente, 43,1% e 43,5% dos habitantes dessas regiões vivem com renda igual ou inferior a 18,24 reais. Nessas mesmas regiões, os extremamente pobres (que vivem com 6,30 reais por dia) somam 7,3 milhões de pessoas. Entre elas 11,2% são do Norte e 12,9% do Nordeste.

Um trabalho interdisciplinar que vise retratar a cultura nacional, não pode tornar a pobreza e extrema pobreza invisíveis e desconsiderar as mazelas sociais que existem no Brasil. Precisa, sim, debater essas questões. Nosso país não se apresenta como um mar de prosperidade onde existe uma ilha de pobreza, muito pelo contrário. Um quarto da população brasileira vive com menos de R\$ 387 por mês. Trabalhar a cultura nacional é mostrar esses dados apontando a pobreza como uma condição advinda das complexas dinâmicas da nossa sociedade e que deve ser estudada, enfrentada e superada.

Procurou-se saber, com as crianças, o motivo da não participação uma vez que algumas questões de ordem moral e/ou religiosa cercam eventos que envolvem caracterização e dança. Muito embora exista criança que não gosta de apresentações em público, em especial por timidez, é sabido que a dança é importante para o desenvolvimento da psicomotricidade além de promover interação entre as turmas. Nenhuma disse que não participou por motivos relacionados a crença religiosa.

Tabela 2: Participação e justificativa (continua)

Turma	Participação	Observações/ justificativa
1 2º ano – feminino	SIM	Obs.: A criança recebeu ajuda externa (costureira) para custear a participação.
2 2º ano – feminino	SIM	Obs.: A criança recebeu ajuda externa (costureira) para custear a participação.

Tabela 2: Participação e justificativa (conclusão)

	Turma	Participação	Observações/ justificativa
3	3º ano – feminino (turma A)	SIM	
4	3º ano – masculino (turma A)	NÃO	“Eu tava com a perna machucada. E também não tinha ninguém para me trazer.”
5	3º ano – feminino (turma B)	SIM	
6	3º ano – masculino (turma B)	NÃO	“Eu tava viajando. Mas eu participaria sim. Sempre participei.”
7	3º ano – feminino (turma B)	SIM	
8	3º ano – masculino (turma B)	SIM	
9	3º ano – masculino (turma B)	NÃO	“Tenho vergonha”.
10	4º ano – masculino	NÃO	“A roupa tava muito difícil de encontrar”.
11	4º ano – feminino	SIM	Obs.: A criança recebeu ajuda externa (coordenadora) para custear a participação.
12	4º ano – masculino	NÃO	“Eu estava viajando e estava doente”.
13	5º ano – feminino (turma A)	NÃO	“Eu não gostei da roupa. Quando tem que vestir de índia assim eu não gosto’.
14	5º ano – masculino (turma B)	SIM	
15	5º ano – feminino (turma B)	SIM	Obs.: A criança recebeu ajuda externa (da professora) para custear a participação.

Entre as crianças que participaram, 4 receberam ajuda de um profissional da escola (professora ou coordenadora) ou da costureira para cobrir as despesas com a roupa. Considerando esse dado, duas perguntas merecem destaque: Quais critérios foram usados para escolher quem seria ajudado e quem não seria? Quem deveria se responsabilizar por garantir a participação da criança pobre?

O Regimento Escolar da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, no artigo 11, inciso IV, afirma estar entre as obrigações e responsabilidades do diretor e do vice-diretor, em articulação com os órgãos colegiados “promover a integração e a participação da comunidade escolar, estabelecendo relações de cooperação que favoreçam a formação de redes de apoio e de aprendizagem recíproca”. O mesmo normativo diz, no artigo 7º inciso VI, que é atribuição da equipe gestora “garantir o acesso e a permanência do estudante na unidade escolar visando a qualidade social da educação”. Nesse sentido, não garantir a participação da criança pobre aponta para que a equipe gestora deve iniciar um processo de debate sobre o tema com a comunidade escolar, precisa construir decisões conjuntas e evitar que esse e qualquer outro tipo de exclusão ocorra dentro da escola. Ressalta-se também que deixar que cada professora, dentro de suas possibilidades, defina como garantir a participação das crianças pobres é inadequado, fragiliza a relação professora-aluno e ainda aponta para o problema da diferença salarial que existe entre professores efetivos e professores temporários no Distrito Federal.

Em seguida foi analisada a participação dos estudantes nos debates e atividades propostas em sala. São: as rodinhas de conversa, as considerações sobre os conteúdos trabalhados, os comentários sobre as atividades escolares e cotidianas, as opiniões pessoais, as leituras compartilhadas, entre outras atividades de interação de grupo. Acerca disso Vygotsky escreveu:

É por meio de outros, por intermédio do adulto que a criança se envolve em suas atividades. Absolutamente, tudo no comportamento da criança está fundido, enraizado no social. Assim, as

relações da criança com a realidade são, desde o início, relações sociais. Neste sentido, poder-se-ia dizer que o bebê é um ser social no mais elevado grau. (VYGOTSKY (1982-1984. V. IV, p. 281)

Das 15 crianças, 10 rotineiramente socializam e expressam livremente sua opinião.

Tabela 3: Participação / Observações (continua)

	Turma	Participação	Observações dos professores/ Consideração da criança
1	2º ano – feminino	NÃO	“Agora eu levanto sempre o dedo. Eu tô participando. Às vezes não acontece nada. Aí eu não tenho o que falar”.
2	2º ano – feminino	SIM	
3	3º ano – feminino (turma A)	SIM	
			Observação da professora: Faltas excessivas não justificadas;
4	3º ano – masculino (turma A)	NÃO	Consideração do estudante: “Não gosto porque as pessoas não gostam de mim. Ficam dizendo que eu sou pobre, que minha casa é velha. Por isso que eu não falo. Mas eles nem me conhecem”.
5	3º ano – feminino (turma B)	SIM	Consideração do estudante: “Eu ajudo a tia a responder e falo porque tem gente que tem vergonha e não fala. Aí eu ajudo”.
6	3º ano – masculino (turma B)	SIM	
7	3º ano – feminino (turma B)	SIM	
8	3º ano – masculino (turma B)	SIM	
9	3º ano – masculino (turma B)	SIM	
10	4º ano – masculino	NÃO	
11	4º ano – feminino	SIM	

Tabela 3: Participação / Observações (conclusão)

Turma	Participação	Observações dos professores/ Consideração da criança	
12	4º ano – masculino	NÃO	Considerações do estudante: “Sou tímido. Prefiro não falar”.
13	5º ano – feminino (turma A)	SIM	Observação da professora: Faltas excessivas não justificadas;
14	5º ano – masculino (turma B)	NÃO	Consideração da estudante: “Quando eu participo eu entendo mais. Prefiro quando é matemática”.
15	5º ano – feminino (turma B)	SIM	Consideração da professora: Faltas justificadas; Observação do estudante: “Eu sou muito tímido. Fico com vontade de falar, mas na hora não sai”.
			Observação da professora: Faltas justificadas.

As crianças são fundamentais na construção de uma sociedade democrática. Essa construção não existe sem debate, participação, expressão de opiniões e aceitação. Ouvir a criança, implica respeito àqueles que vivem seus processos iniciais de desenvolvimento humano e é também uma imposição legal pois, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente:

Art. 15. A criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis.

Art. 16. O direito à liberdade compreende os seguintes aspectos:

II - opinião e expressão;

Aprende-se a ser cidadão desde a infância. Esse aprendizado vem do diálogo, do conflito, do reconhecimento da existência de direitos e responsabilidades e, na

escola, da interação professor-aluno, aluno-aluno e escola-família. A interação se dá a partir da criação de diversos espaços de participação coletiva. Esses devem respeitar as especificidades de cada criança e, independente da condição social, trabalhar para a superação de injustiças e preconceitos. Deve romper com a cultura do isolamento e autossuficiência que ainda prevalecem nas escolas.

O quantitativo “expressivo” (se comparado com as outras atividades analisadas) de crianças que participam das aulas não pode levar a conclusão de que inexistem discriminação e preconceitos. Uma análise da fala do estudante 4, que ainda está no Bloco Inicial de Alfabetização (BIA), expressa que ele sente na pele o preconceito contra sua condição e demonstra que esse sentimento está impedindo sua efetiva participação, está limitando sua integração e afetando sua condição de estudante. Nesse sentido é preciso perceber o processo de transformação da diferença em desigualdade e como ele está se materializando nas relações sociais existentes na turma dessa criança. Para garantir a participação - expressão da tendência que o ser humano tem de realizar-se - é imprescindível que exista o reconhecimento da diversidade. O pensamento educacional não deve legitimar a negação às crianças pobres de sua condição de realização plena, para tanto, a cultura de inclusão deve ser trabalhada na escola desde os primeiros anos/ séries.

A última questão analisada foi a participação das famílias nas atividades promovidas pela escola. Foram realizadas três reuniões - duas com pais e/ou mães ou responsáveis e professores e uma com toda a comunidade escolar - e um conselho de classe participativo. Ao todo, foram 4 momentos disponibilizados para interação famílias-professores e escola-comunidade. As reuniões foram realizadas ao sábado pela manhã ou no período noturno, para assim abarcar a participação do maior número possível de pais e/ou mães e responsáveis, em especial trabalhadores da iniciativa privada.

No total, 8 responsáveis (pais, mães ou avós) se fizeram presentes. A tabela apresenta observações que as professoras consideraram pertinentes e algumas falas dos estudantes, uma vez que não houve contato direto com as famílias.

Tabela 4: Participação da família / observações (continua)

	Turma	Participação da família	Observações/ Consideração dos estudantes.
1	2º ano – feminino	SIM	
2	2º ano – feminino	NÃO	Consideração da estudante: “É importante pra saber nossas notas. Não sei por que eles não vem”.
3	3º ano – feminino (turma A)	NÃO	Consideração da estudante: “Mamãe trabalha e o tio não pode vir porque trabalha o dia todo na casa de carne. Eu acho importante. Minha mãe veio uma vez, mas não dá sempre. Nem se for a noite”.
4	3º ano – masculino (turma A)	NÃO	Consideração do estudante: “Mamãe está doente e vomitando. Papai não mora com a gente, ele batia na mamãe, agora mora em Goiânia. Não sei por que minha avô não vem. É importante vir, porque vai saber como eu tô. Se tô obedecendo.”
5	3º ano – feminino (turma B)	SIM	
6	3º ano – masculino (turma B)	SIM	
7	3º ano – feminino (turma B)	SIM	
8	3º ano – masculino (turma B)	SIM	
9	3º ano – masculino (turma B)	NÃO	Consideração do estudante: “Eles não têm tempo. A minha mãe estuda a noite. É importante vir pra saber se a pessoa está fazendo ou não as atividades”.

Tabela 4: Participação da família / observações (conclusão)

Turma		Participação da família	Observações/ Consideração dos estudantes.
10	4º ano – masculino	NÃO	Consideração do estudante: “A tia queria falar com minha mãe. Alguma reunião ela veio. Meu pai trabalha e sai de manhã e volta só a noite.”
11	4º ano – feminino	NÃO	Consideração da estudante: “Quando eles (mãe ou pai) não estão fazendo nada não tem reunião. Aí eles encontram alguma coisa pra fazer, algum compromisso e acaba aparecendo alguma reunião. Mas minha mãe vem e justifica depois.”
12	4º ano – masculino	NÃO	Consideração do estudante: “Meu pai mora no Maranhão e minha mãe no Piauí. Eu moro com minha avó... A reunião é importante pra saber se a gente tá se comportando. Mas minha avó não vem. Não sei por que”. Observação da professora: A mãe está em situação de restrição de liberdade.
13	5º ano – feminino (turma A)	SIM	Consideração da estudante: “Eu tenho um irmão pequeno. É importante para ver se eu estou me metendo em confusão. Pra ver se estou bem, se estou melhorando”.
14	5º ano – masculino (turma B)	SIM	
15	5º ano – feminino (turma B)	SIM	Observação da professora: O pai está em situação de restrição de liberdade.

Em relação ao conselho participativo, tem-se que 7 famílias participaram da atividade expondo suas opiniões e/ ou levantando considerações.

Tabela 5: Participação da família

	Turma	Participação da família
1	2º ano – feminino	SIM
2	2º ano – feminino	NÃO
3	3º ano – feminino (turma A)	NÃO
4	3º ano – masculino (turma A)	NÃO
5	3º ano – feminino (turma B)	SIM
6	3º ano – masculino (turma B)	SIM
7	3º ano – feminino (turma B)	SIM
8	3º ano – masculino (turma B)	NÃO
9	3º ano – masculino (turma B)	NÃO
10	4º ano – masculino	NÃO
11	4º ano – feminino	NÃO
12	4º ano – masculino	NÃO
13	5º ano – feminino (turma A)	SIM
14	5º ano – masculino (turma B)	SIM
15	5º ano – feminino (turma B)	SIM

O Conselho Participativo foi realizado logo após o encerramento das atividades pedagógicas do 1º bimestre e há orientação no PPP para realizá-lo 3 vezes durante o ano. É uma atividade que envolve estudantes, família, professores e dois membros da equipe diretiva da escola. É feito em formato de “mesa redonda” e mediado pela direção ou vice. Todos têm direito a palavra: iniciando com a fala dos estudantes; em seguida dos pais e depois da professora. É

oportunizado um debate, com réplica, tréplica e quaisquer colocações que sejam necessárias para melhoria do processo de ensino e aprendizagem. Essa atividade é realizada no horário normal de aula.

Vale ressaltar que a participação dos pais/ mães ou responsáveis é também um direito legalmente assegurado no parágrafo único do artigo 53 do ECA que diz que: “É direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais”. A integração dos sujeitos envolvidos no processo escolar dos filhos, deve dar-se independentemente de sua posição social, visto que todos têm um objetivo comum: atuar para o desenvolvimento integral das crianças. Um espaço efetivo e sistemático dedicado à discussão das rotinas escolares com as famílias é imprescindível para construção de relações positivas entre a comunidade e a escola. Assim é possível avançar na aprendizagem da democracia, da cidadania e do convívio social

Como mencionado anteriormente, não houve oportunidade para conversa com as famílias, entretanto, as considerações levantadas pelas crianças demonstram que elas entendem a importância da participação da família, gostariam que elas participassem mais e compreendem os motivos da não participação: em geral o fato está relacionado com a necessidade de trabalhar. Outro fato que chama a atenção é as crianças relacionarem a participação da família a um controle de comportamento. A criança ainda não se vê como sujeito ativo na gestão do processo escolar, o mesmo acontece em relação aos seus familiares. Esse fato, além de revelar tradicionalismo, aponta para uma necessidade de se abordar mais os conceitos de gestão democrática, pois a efetiva participação escolar não pode ser vista apenas como um instrumento de controle comportamental ou solução de problemas.

Considerações Finais

Parte da comunidade atendida pelo PBF tem atuado como sujeitos participativos, expondo suas opiniões e desejos e estando presentes nos eventos propostos pela escola, mas também existem os excluídos que vivem a segregação interna imposta pelo sistema que de forma dissimulada, contínua e insensível conserva-os dentro da escola sem reservar-lhes a efetiva participação, ou seja, a verdadeira integração. Assim, principalmente em situações que envolvem cobrança financeira, parte da comunidade é invisibilizada e acaba por ter de “inventar” uma doença ou uma viagem ou criar uma situação fantasiosa para justificar a sua exclusão. Diante disso, depreende-se que o processo de democratização e conscientização para a importância da participação ainda precisa ser construído para que a escola não sirva apenas para “conservar em seu interior os excluídos [apenas] postergando sua eliminação” (Bordieu, 1998).

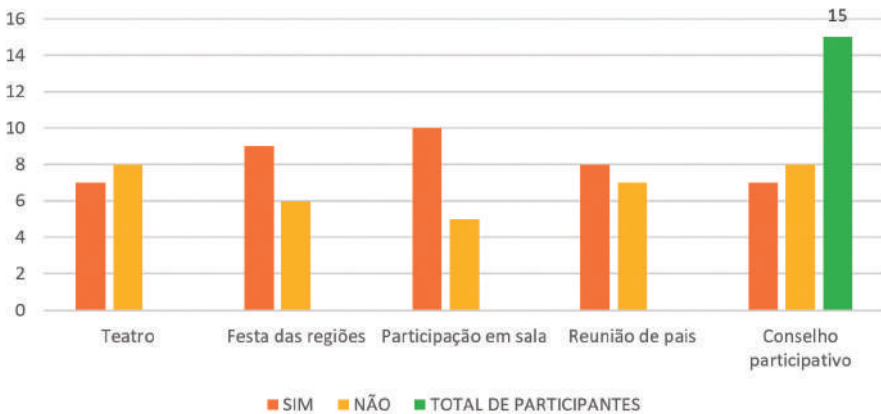
Defende-se aqui que as interações possibilitam às crianças se constituir como cidadãos e formar suas bases para atuação na sociedade. Para tanto a criança deve estar na escola ou no espaço educativo e esses devem disponibilizar diversas situações onde ela possa entrar em contato com as mais variadas formas de crescimento conjunto: debates, passeios, conversas, reuniões, participações em eventos, entre outros. Também se defende que a participação nesses momentos não pode estar condicionada ao pagamento de taxas uma vez que a frustração no processo de participação constitui uma mutilação do ser social, coloca a criança às margens do processo democrático e, impedindo a possibilidade da intervenção, remonta à marginalidade e transforma as crianças em excluídos. “Excluídos não [apenas] dos bens materiais do viver humano, mas excluídos dos bens culturais, das instituições e espaços públicos, do convívio social. Mantidos do lado de fora, extramuros” (ARROYO, 2010).

Consolidando os dados das tabelas apresentadas, temos:

- 7 participaram dos teatros;
- 9 participaram da festa das regiões;
- 10 crianças rotineiramente expressam sua opinião;
- 8 responsáveis (pais, mães ou avós) se fizeram presentes às reuniões;
- 7 participaram do conselho participativo.

Essas informações permitiram a construção do gráfico abaixo:

Gráfico 1: Participação nas atividades



A atividade de maior destaque é a participação dos estudantes em sala. Paulo Freire em seu livro *Pedagogia do Oprimido* afirma que “ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho, os homens se libertam em comunhão”. É inegável, porém, que para a população pobre o exercício da liberdade e da participação é restrito, mesmo entre crianças com idade entre 7 e 11 anos. Pobreza também é um sentimento. Pobreza, miséria, indignância é sempre falta. Que pode estar relacionada à ingestão de calorias, mas também diz respeito a mudez e a vergonha. Vergonha que faz com que a criança prefira dizer que está doente, a dizer que a família não tem 8 reais para custear uma entrada no teatro. A pobreza marca a interioridade das pessoas, afeta sua autonomia moral e a visão que tem de si mesmas e leva uma criança que ainda nem completou uma década de vida a

afirmar que não gosta de participar das atividades da escola porque os colegas ficam dizendo que ela é pobre e mora em uma casa feia e velha.

Cabe ressaltar que participar significa ter suas especificidades levadas em conta. E que uma educação de qualidade só será construída com respeito as condições individuais e tolerância. Nessa seara, o Currículo preconiza:

O ser em formação é multidimensional, com identidade, história, desejos, necessidades, sonhos, isto é, ser único, especial e singular, na inteireza de sua essência, na inefável complexidade de sua presença. E a educação é uma prática social que une os homens entre si em torno do direito de aprender e de conquistar cidadania. (Currículo em Movimento: Pressupostos Teóricos, ano 2014, p. 10)

O baixo número de participantes em algumas atividades reduz os momentos de troca de informações, limita a interação e o crescimento mútuo, impossibilita a gestão democrática, impede o encontro dos pares e transforma o estudante em objeto ao invés de empoderá-lo para que se torne sujeito da sua história. A culpa não pode recair apenas sobre o estudante e sua família até porque é sabido que na nossa sociedade o problema é mais profundo. Em muitas situações, aos pobres não se aplica o direito ao respeito. É, ainda, um grande desafio reconhecer o pobre como sujeito dotado de vontade própria e não apenas como assistido (leia-se ‘fardo moral’). Há grande dificuldade no ser humano de conseguir ver o outro como portador de uma dignidade que lhe é própria. O próprio PPP da escola ao fazer apenas uma vaga referência a condição socioeconômica, sem de fato abordar a pobreza, contribui para reforçar a invisibilização. A omissão da pobreza no PPP da instituição em análise não é um fato isolado. Pesquisa realizada pela coordenação do Centro de Aperfeiçoamento de Profissionais de Educação (EAPE) em 2011, denominada “Mapa da Diversidade das Escolas Públicas do DF” constatou que das 214 escolas pesquisadas, apenas 35 (17%) consideraram a questão da pobreza em seus projetos. Ao analisar esses dados a

professora Natália Duarte, umas das coordenadoras da pesquisa, assim reflete acerca da invisibilidade da pobreza para as escolas:

A desconsideração para com a população em situação de pobreza revelada nessa etapa da pesquisa e a ausência de ações e projetos específicos para essa população são evidências contundentes da indiferença escolar que prejudica esses alunos. É sabido que a condição de pobreza provoca vulnerabilidades materiais (e imateriais) que necessitam de aportes específicos a fim de assegurar as condições iguais destes como os demais alunos. Sem esses aportes de natureza material, pedagógica e simbólica, os alunos pobres concorrem em desvantagem concreta e são esquecidos e marginalizados no processo de escolarização. A escola é injusta quando desconsidera as precariedades que comprometem a vida escolar dos alunos em situação de pobreza e os aborda igualmente, esquecendo suas desigualdades. (DUARTE, 2012 p. 204)

Vivemos um contexto social, político e econômico desfavorável à democracia e à educação mais participativa. Temos situações de preconceito e discriminação criados pela enorme desigualdade social que abraça nosso país e desfavorece a construção de uma cidadania plena que não diga respeito apenas a votar e ser votado ou a nacionalidade, mas que esteja relacionada a apropriação de espaço e tomada de decisão. Conforme afirma Dimenstein:

É verdade que podemos celebrar, nos últimos anos, uma redução da miséria e avanços na melhoria da distribuição de renda, graças ao bom desempenho econômico e a algumas políticas sociais que garantem o direcionamento de recursos diretamente aos que devem ser beneficiados (como o Programa Bolsa Família). Vemos também que a educação ganhou mais espaço na agenda desse país. Mas ainda estamos longe de poder comemorar a substituição definitiva da “cidadania de papel” – aquela que é garantida apenas no papel, ou seja, na Declaração Universal dos Direitos Humanos, na Constituição do Brasil etc. – pela cidadania de verdade, que é um direito de cada um de nós. (DIMENSTEIN, 2012. p. 7)

A escola ainda precisa ampliar o debate acerca de uma efetiva participação da comunidade na gestão escolar, inclusive abrindo espaço no PPP para uma abordagem coerente e crítica em relação à pobreza. É imperioso e urgente trocar a proposta educacional tradicional, por uma proposta crítica e permeável, favorável a participação, a deliberação coletiva, ao autogoverno e à democratização da vida social. Com os beneficiários do PBF, é necessário que se expanda a compreensão de que o processo de gestão democrática além de remeter à escolha do diretor e vice, perpassa a participação nas atividades escolares, nos órgãos colegiados e o direito de voz, voto e veto, portanto, de escolha. Uma vez cientes desse poder, é possível que as famílias se mobilizem para não aceitar situações de exclusão que penalizem a criança pela falta de dinheiro para pagar por uma ida ao teatro ou por não ter recurso para comprar uma roupa típica que será usada apenas uma vez.

Vale salientar que a educação escolar não será a única peça a gerar mudanças no conturbado cenário nacional, até porque embora a democratização do conhecimento impulse uma transformação significativa, a autonomia do indivíduo necessita também de ampla integração com a comunidade. Nesse sentido o currículo em movimento afirma que “a Educação Integral considera a existência de uma complexa rede de atores, ambientes, situações e aprendizagens que não pode ser reduzida a mera escolarização”. Reforça-se aqui a necessidade de a criança não se sentir privada da possibilidade de estar na escola por conta de impossibilidade de custear o seu “passeio”.

Em âmbito federal, são necessárias políticas públicas voltadas para satisfação das necessidades básicas, de política educacional que de fato inclua e crie possibilidade de crescimento já que a desigualdade social se mantém pela desigualdade de instrução e educação, de presença ativa do Estado (com alargamento na base de legitimação do próprio Estado) e dos agentes públicos (pedagogos de um estado democrático de direito). São as políticas públicas – desdobradas em planos, programas e projetos, que colocam o governo em ação, garantem direitos para a sociedade e materializam as propostas eleitorais. Pensar políticas públicas em

educação é pensar na construção global da sociedade, pois já está cristalizado que desenvolvimento econômico e social não são possíveis sem o vetor da educação.

No que concerne à equipe docente, é mister que entendam a educação como um instrumento de libertação (reduzindo estereótipos e preconceito) e não de humilhação (reforçando rechaço social e desdém), que conheçam as facetas da pobreza e busquem alternativas para superá-las, que se preocupem em educar em todos os sentidos (educação dos sentimentos, sensibilidade, gosto, sociabilidade, formação da identidade e subjetividade).

No que tange à escola há que se buscar superar a educação meritocrática que isola o indivíduo no seu contexto socioeconômico e responsabiliza o sujeito pobre por seu sucesso ou fracasso sem considerar que o indivíduo necessita das possibilidades (condições externas: educação, saúde, segurança; condições intersubjetivas de cooperação; e condições subjetivas relacionadas a sociedade) para se constituir, também é imprescindível que se conheça quem é o aluno e que se discuta formas de viabilizar a participação coletiva: roupas mais baratas nas apresentações, passeios com custo acessível, criação de um fundo de apoio para casos de não participação por falta de recursos.

Em relação ao PBF, cabe expor que se trata sem dúvida uma necessidade, sendo essencial onde existe miséria, ou seja, entre os 25,4% de brasileiros que, segundo o IBGE, vivem na linha da pobreza. Salienta-se também que no momento que o Estado dá uma bolsa família para tirar a pessoa da miséria, ele já precisa vir com um programa paralelo, uma alternativa que ofereça condições para superação das condições de pobreza (ascensão cultural e social, acesso simultâneo a capacitação profissional, entre outras possibilidades) para que, assim, a permanência no programa seja em menor tempo possível.

Por fim, é importante expor que, mesmo que o número de estudantes beneficiários do PBF represente uma minoria na escola, apenas 6% dos estudantes, isso não exime a instituição da necessidade e da responsabilidade social de discutir o tema. O setor representa minoria na EC, mas representa a maioria

das crianças no restante do país. Segundo dados do Unicef, seis em cada 10 crianças e adolescentes brasileiros vivem em situação de pobreza, ou seja, 61% dos jovens que formam a população com menos de 18 anos, são pobres e não tem qualidade de acesso à direitos básicos como educação, informação, saneamento e proteção. Levar esse assunto para dentro da escola, e discuti-lo considerando a inclusão de todos, é olhar para, pelo menos, 8 789 820 crianças, que em nosso país são privadas do acesso à educação. Debate-lo é inserir a comunidade escolar no contexto nacional, pois a escola não é uma ilha.

Uma educação de qualidade, construída com a participação coletiva, é fundamental para que todos tenham a possibilidade de intervir de modo consciente na esfera política, participar da vida cultural e contribuir com seu trabalho para satisfação das necessidades básicas e melhoria da sociedade em geral. Os sujeitos envolvidos na educação ainda precisam ser capazes de reorientar, num sentido mais equilibrado e menos desigual, os projetos escolares. Para construção de um cidadão verdadeiramente livre, cultural, sábio, comunicativo as interações escolares precisam reconhecer a diversidade como elemento fundante, fator de enriquecimento e característica fundamental para a construção de uma escola e de uma sociedade dispostas a fazerem-se democráticas, respeitando as diferenças e buscando superar as desigualdades.

Referências

BEISIEGEL, Celso de Rui. **Paulo Freire**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010. (Coleção Educadores).

BOURDIEU, Pierre. **A Miséria do mundo**. 4ª Edição. Editora Vozes. Petrópolis, 2001. Disponível em <http://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4139779/modresource/content/1/Os%20excluidos%20do%20interior.pdf> Acesso em 2 de setembro de 2018.

BORDENAVE, Juan Diaz. **O que é participação**. 1ª Edição. Editora Brasiliense. São Paulo, 1983.

BRASIL. Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília-DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm. Acesso em: 6 de setembro de 2018.

_____. Lei nº 8069/90, de 13 de julho de 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília-DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm. Acesso em: 24 de setembro de 2018.

DIMENSTEIN, Gilberto. **O cidadão de papel: A infância, a adolescência e os direitos humanos no Brasil**. – 24. Ed. – São Paulo: Ática: 2012

DISTRITO FEDERAL. Codeplan - **Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios** – Sobradinho - PDAD 2015. Disponível em: <http://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/PDAD-Sobradinho-1.pdf>) Acesso em: 10 de setembro de 2018.

_____. **Currículo em Movimento da Educação Básica**, caderno: Pressupostos Teóricos. Brasília-DF. Disponível em: <https://issuu.com/sedf/docs/1-pessupostos-teoricos>. Acesso em: 5 de setembro de 2018.

_____. **Regimento Escolar da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal**. Brasília-DF. http://www.cre.se.df.gov.br/ascom/documentos/suplav/regimento_escolar_rede_publica_22jun15.pdf Acesso em: 7 de setembro de 2018

DUARTE, Natália de Souza. **Política Social: um estudo sobre educação e pobreza**. Brasília, 2012.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

IVIC, Ivan. **Lev Semionovich Vygotsky**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010. 140 p.: il. – (Coleção Educadores).

ARROYO, Miguel Gonzalez. **Políticas educacionais e desigualdades: à procura de novos significados.** Educação e Sociedade. Campinas, v.31, n. 113, out-dez 2010. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302010000400017>>. Acesso em 30 de agosto de 2018.

Pobreza na infância e na adolescência. Disponível em https://www.unicef.org/brazil/pt/pobreza_infancia_adolescencia.pdf. Acesso em 29 de setembro de 2018

SILVA, René Marc da Costa. **Cultura popular e educação: Salto para o futuro.** TV escola. SEED. MEC.

VYGOTSKY, L. S. **Formação social da mente.** Trad.: J. C. Neto, L. S. M. Barreto, S. C. Afeche. 6° ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

Participação e educação: concepções presentes nos estudos da revista Educação e Sociedade. 2011. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tde/1122>. Acesso em: 29 de setembro de 2018.

Um quarto da população vive com menos de R\$387 por mês. Disponível em <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/18825-um-quarto-da-populacao-vive-com-menos-de-r-387-por-mês> acesso em: 23 de setembro de 2018.